



doi: 10.20396/rfe.v12i2.8661040

Editorial

César Nunes¹

A *Revista de Filosofia e Educação*, em seu presente número, reúne *artigos temáticos* próprios de um evento marcante, institucionalmente efetivado na área de Filosofia e Direitos Humanos, referente ao Grupo de Estudos PAIDEIA, abaixo contextualizado e justificado. Congrega ainda originais e destacado *artigos de natureza ampla*, abordando temas gerais da Filosofia e das Ciências Humanas e Sociais, além de apresentar um especial Ensaio e uma destacada *Resenha*, com a originalidade e pertinência das seções clássicas de nossa identidade como revista acadêmica.

Como anunciamos, a presente edição da *Revista de Filosofia e Educação* tem como finalidade realizar a tarefa de reunir e de registrar a original produção desencadeada a partir da criação institucional e da constituição formal de uma *linha de pesquisa* no Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação PAIDEIA, denominada ***Educação, Filosofia e Direitos Humanos***, realizada em 13 de Março de 2019 e homologada em 18 de Maio de 2019, por ocasião da celebração dos 20 anos de existência do Grupo de Estudos em Filosofia e Educação PAIDEIA. Nesta data foi realizado o IV Simpósio Nacional de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação, com a participação de centenas de pesquisadores, professores e estudantes, tanto os que se encontravam vinculados ao referido grupo quanto inúmeros egressos, mestres, doutores, pesquisadores de pós-doutorado que passaram pela formação na área e tiveram vínculos com o referido Grupo

No pedido de criação da referida linha encontram-se registradas as justificativas e a ementa da referida nova pauta de vinculação de estudos e pesquisas, a saber, como destaca o ofício 08/2019:

¹ Professor Titular de Filosofia e Educação – ORCID 0000 0003 3548 9486
Coordenador Geral (Líder) do Grupo de Estudos e Pesquisas PAIDEIA
Coordenador da Linha de Pesquisa PPGE/FE Filosofia e História da Educação.

Encaminho a V.S. a solicitação de inclusão na pauta da reunião ordinária do Departamento de Filosofia e História da Educação de 13/03/2019 a avaliação do presente pedido, subscrito pelos Professores César Nunes e Sílvio Gamboa, de constituir uma nova linha de pesquisas junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação PAIDEIA. O PAIDEIA celebra neste ano de 2019 seus 20 anos de constituição institucional e de produção de estudos e de pesquisas em duas grandes linhas investigativas, a saber: Linha um: *Epistemologia e Teorias da Educação*. Coordenação: Dr. Sílvio A.S. Gamboa. Linha dois: *Política, Ética e Educação*. Coordenação: Dr. César Aparecido Nunes (...) Diante da demanda social e institucional, presente nos últimos anos na área da Filosofia e da Educação, e o manifesto interesse de muitos pesquisadores na temática dos **Direitos Humanos**, na Reunião Ordinária do Grupo PAIDEIA realizada em 25/02/2019, aprovamos o encaminhamento do pedido de formalização de uma terceira linha de pesquisa, tal como segue: (...) Linha três: *Direitos Humanos, Filosofia e Educação*. **Ementa:** Reúne estudos e projetos de pesquisa que articulam as áreas e os temas da Filosofia da Educação com a questão dos Direitos Humanos e suas correlações. Debate dimensões da Filosofia Política e o ordenamento jurídico e cultural dos Direitos Humanos. Integra estudos e análises da formação de pesquisadores na área da Filosofia e no campo da Educação sobre os temas e as categorias e conceitos que definem os campos de reconhecimento da prática social dos Direitos Humanos e de seu alcance na sociedade contemporânea. Epistemologia e Pedagogia dos Direitos Humanos. (PAIDEIA, Of.08 2019, p. 1)

Esta menção histórica é muito importante, pois a partir da criação institucional dessa fecunda e necessária linha de investigações e de pesquisas o Grupo de Estudos PAIDEIA passou a planejar as atividades, a

definir a previsão de aceitação de projetos e a esperada abertura de vagas de Mestrado e Doutorado nesta referida linha. Como já nos referimos, e como forma de consagrar a potencialidade reflexiva da nova linha o Grupo PAIDEIA preparou o **IV Simpósio Nacional de Estudos e de Pesquisas em Filosofia e Educação**, realizado nos dias 17 e 18 de Maio de 2019, no Salão Nobre da Faculdade de Educação, coincidindo com os 20 anos de atuação do Grupo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A intenção de seus organizadores era no sentido de celebrar a memória do Grupo articulando a trajetória de resistência teórica e crítica da produção do conjunto de pesquisadores com a desafiante perspectiva de continuidade, de militância teórico-prática orgânica e organizada, agora na amplitude da compreensão da Educação em Direitos Humanos. O tema deste IV Simpósio foi **Filosofia, Educação e Direitos Humanos: a pesquisa emancipatória nos 20 anos do Grupo PAIDEIA**.

O marcante evento reuniu pesquisadores e professores, estudantes, lideranças sociais e sindicais, participantes ativos dos movimentos sociais, militantes das causas ambientais, da defesa da biodiversidade, dos direitos sexuais, das causas indígenas e quilombolas, da defesa da pessoa com deficiência, entre outros tantos campos políticos e epistemológicos de lutas e de enfrentamentos. A primeira parte da presente edição registra os artigos temáticos desta produção científica e acadêmica.

O presente número de nossa *Revista de Filosofia e Educação* é o resultado de parte das contribuições desse IV Simpósio e reúne trabalhos reflexivos, pesquisas, ensaios, análises de temas e originais estudos nele apresentados ou suscitados. Esperamos que esta tríade se mantenha: a *consolidação da linha* Direitos Humanos, Filosofia e Educação, a *produção de estudos e pesquisas* no campo temático da Educação em Direitos Humanos e a *formação de pesquisadores*, de educadores, de lideranças sociais e educacionais nesta exigente dimensão da prática social emancipatória.

O volume que temos a honra de apresentar ao público reúne 16 produções, entre 14 artigos científicos, um Ensaio e uma Resenha acadêmica, escritos que articulam a questão dos Direitos Humanos, as temáticas próprias da Filosofia, em sua constituição histórica, com a Educação e a Cultura, bem como com as demais Ciências Humanas e Sociais. São trabalhos de cuidadosa lavratura na dialética que constitui a propriedade da Filosofia e da Educação na reapresentação de novos e clássicos questionamentos, na constituição de esclarecimentos e tessituras de narrativas de resistências, de críticas e de proposições de superação da contraditória realidade que vivemos. Esperamos que todas as pessoas, leitores e leitoras, encontram aqui algumas possibilidades de desenvolver e resolver suas inquietações reflexivas, que encontrem ou descubram convites dialógicos e expressem convocações emergentes para a feitura de um novo mundo, de uma *razão sensibilizada* e uma *motivação esclarecida*, na direção de integrar a Filosofia como narrativa eminentemente humanista, a serviço da plenitude da dignidade de todos.

O artigo de abertura deste prestimoso número aponta para a atualidade do pensamento de Paulo Freire e de seu universo conceitual, reflexivo, categórico e interpretativo, seja na análise da Educação, seja na criteriosa decifração da realidade política de nosso tempo ou ainda referente aos sujeitos de transformação de nossas estruturas de viver, de produzir, de conviver e de educar. O Professor **José Renato Polli** apresenta uma criteriosa defesa da atualidade e da originalidade do pensamento de Paulo Freire, sobretudo no reconhecimento de sua clareza histórica, ao propor a ampliação da compreensão do lugar dos sujeitos sociais na direção da emancipação coletiva. Mesmo diante de patente refluxo político presenciado na atualidade, o pensamento freireano evoca e sustenta muitas das causas de intransigente defesa e de promoção dos Direitos Humanos pelas diferentes fronteiras de resistência do mundo presente.

Charles Lamartine de Sousa Freitas e Rosilene da Costa Bezerra Ramos apresentam, no segundo artigo de nossa *Revista de Filosofia e Educação*, um criterioso estudo das percepções, das narrativas e das

concepções presentes nas “falas” de adolescentes que se encontram no cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade. Os autores apontam nas narrativas dos jovens a crença na representação da Escola, como lugar de formação e como espaço de melhoria das condições de vida, destacando a formação escolar como direito humano inalienável. E atestam que, em face de estruturas econômicas e políticas injustas e desiguais, a maioria das ações apontadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reduzem-se a medidas assistenciais e paliativas, sem lograr transformar estruturalmente as condições de desumanização e de negação da dignidade humana a estas crianças e adolescentes, notadamente aulas pertencentes às camadas sociais empobrecidas e subalternizadas.

O terceiro artigo, de autoria do pesquisador **João Jerónimo Machadinha Maia**, aborda um tema que busca integrar a Filosofia, através do concurso de conceitos de dois autores clássicos, E. Kant e G. F. Hegel, com as tipologias da Psicologia Experimental de Jean Piaget, na contemporaneidade. Buscam comparativamente aproximar os conceitos de Cidadania, para a deontologia kantiana e para a dialética hegeliana, aproximando tais disposições para a interpretação piagetiana do agir moral e da autonomia da ação humana.

Emanuel Mounier é o autor estudado e criteriosamente apresentado por **Josi Mara Nolli** no quarto estudo publicado no presente número de nossa Revista. A autora defende, com consistência histórica e argumentativa, que o Personalismo, tal como ficou conhecida a Filosofia de Mounier, é uma defesa intransigente da singularidade da condição humana, de seu devir, de seu amadurecimento axiológico e, conseqüentemente, de sua identidade ontológica singular. Desenvolver, pela Educação, em cada pessoa, a consciência de si, é o que se reconhece como o “despertar” da humanização e da personalização de cada pessoa.

O quinto artigo aborda o fenômeno original e propositivo, conhecido no mundo todo, como o *Projeto das Cidades Educadoras*, vinculando sua proposição comparativa com os clássicos exemplos de espaços urbanos e políticos, como a “polis” grega, a cidade romana, medieval, muçulmana,

com as representações da urbanidade no mundo contemporâneo. As pesquisadoras **Ana Paula Scheffer e Patrícia Ketzer** destacam a relação entre Cidade e Democracia, projetando a necessidade de consignar nos espaços urbanos a luta pela igualdade, pela liberdade e pela educação comum, definida como a Educação em Humanidades.

O sexto artigo, de autoria de **Luciana Barbosa Gerbasi**, aborda a relação do pensamento de Paulo Freire com a produção de conhecimento na área de Educação e de Direitos Humanos. Reúne estudos sobre os impactos do pensamento de Freire em diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais, a partir de algumas categorias de análise, buscando demonstrar sua atualidade, criticidade e vitalidade. As considerações do artigo apontam para a qualitativa e criteriosa influência da obra de Paulo Freire na Educação, como política pública brasileira, e na produção de pesquisas nos Cursos de Pós-Graduação. A categoria definida como “Direitos Humanos” é uma das ferramentas de investigação da articulista criteriosa e inspiradora.

No sétimo artigo escrito **José Henrique Rodrigues Torres** nos brinda com um exaustivo estudo da compreensão (ou da falta dela), dos magistrados brasileiros, sobre a realidade imperativa dos Direitos Humanos nas práticas judiciais, tomando como estudo as varas criminais de Campinas, no estado de São Paulo. Estuda uma abundante amostragem de sentenças judiciais e descobre a ausência estrutural da convencionalidade já homologada na estrutura jurídica do Brasil, sobre a questão dos Direitos Humanos. Trata ainda a questão do encarceramento e os estigmas que pesam sobre a degradação do tratamento humanizado para com as pessoas privadas de liberdade. Um artigo de profunda contabilidade da desigual prática da Justiça no Brasil e de premente necessidade de formação de operadores do Direito, com destaque para a atuação proeminente de criteriosos magistrados, com formação na área dos Direitos Humanos.

Já **Helena de Assis Mota** aborda o tema da Democracia e da Educação em Direitos Humanos no Brasil, retratando sua trajetória histórica e institucional, bem como as dificuldades estruturais de compreender uma cultura dos direitos humanos numa sociedade excludente e periférica do

capitalismo internacional que, por si, já denota uma contradição essencial. O artigo aponta para formas de resistência e de superação de ambientes de refluxo conservador pela clareza política e pela coerente militância combativa.

O artigo dos pesquisadores **Cesar Augusto Nunes e Rafael Iorio** explora uma comparação histórica e política, entre as trajetórias de formação de Portugal e do Brasil, no processo de redemocratização recente, pelo qual cada um destes países logrou atravessar no século XX e suas consequências ainda presentes, em processo de árdua superação. Depois de caracterizar os dois regimes de exceção que viveram os dois países; Portugal sob o Salazarismo e o Brasil sob a ditadura civil-militar de 1964-1985, os autores destacam a questão dos Direitos Humanos como âncoras de processos de redemocratização e de reconquista do *estado de direito* nestes países-irmãos, apesar das contradições de toda sorte que pesam sobre suas identidades políticas e sociais. Um artigo que igualmente aponta para a potencialidade transformadora dos Direitos Humanos na cultura política e educacional das sociedades portuguesa e brasileira.

O artigo de **Guilherme de Almeida Prazeres** revela a preocupação das relações entre as diferentes concepções e representações de Famílias e as Escolas da Educação Básica do Brasil, notadamente na direção de assegurar o respeito e a dignidade de todas as formações familiares como expressões de direitos humanos e sociais inalienáveis. Aponta importantes questionamentos sobre a questão da Educação em Direitos Humanos e a especificidade da compreensão das transformações nas esferas familiares. Sua proposição indica a necessidade da formação de professores sobre essa compreensão histórica e pluralista de Família.

Já no texto seguinte **Ana Carolina Reis Pereira** retoma as clássicas lições de FOUCAULT para apresentar a originalidade da proposição da justiça restaurativa como forma de organizar a solução de conflitos, logrando educar para a emancipação, para o diálogo, para a autonomia e para o protagonismo, distante das práticas disciplinares punitivas e repressivas, próprias de uma forma de pensar a vida, a sociedade e o poder.

Tematiza a questão do biopoder e da biopolítica, como formas de controle e de dominação das formas atuais de organizar a vida e a sociedade, de modo a apresentar-se como novas formas de monitoramento dos espaços coletivos, grupais e singulares. Os efeitos de poder e de saber que se articulam nas relações escolares são o tema de suas considerações finais.

Na configuração temática do artigo de **Jefferson da Silva e Marcius Tadeu Maciel Nahur**, sobreleva a comparação entre o contexto e a singularidade de Tomás de Aquino, no apogeu da Idade Média, de seu pensamento criativo e esclarecido, apontando novas disposições para seu tempo e para a Filosofia e Teologia, e a mesma impressionante atualidade de Paulo Freire, em contextos pluralistas, diversos e aproximativos.

O artigo de **Miguel Junior Zacarias Lima, Maria Belo Silva Lima e Francione Charapa Alves** destaca a relação entre a identidade humana, a linguagem e o mundo. O homem é um ser de produção de sentidos, um ser de fala e de relações. Retomando Gadamer os autores destacam a imperiosa articulação entre o produzir sentido, condutas e atitudes significativas e intervenção dinâmica no mundo. Daí a necessidade de ampliar a linguagem para a hermenêutica, que não se confunde com uma estreita ou arbitrária interpretação do mundo, mas sim de produção de sentido, de propriamente um processo exigente de criação, de *humanização* do homem, buscando constituir a humanidade da linguagem e de sua mundanidade.

No artigo seguinte o pesquisador **Felipe Tuller Moreira Machado** debate a experiência da admiração, do “espanto”, partindo do diálogo de Platão, denominado Teeteto, contrapondo-a à concepção de *sublime* em Schiller, alinhavando possibilidades de comparação, com aproximações e diferenciações, entre estas duas descrições categóricas da capacidade de reconhecer a realidade, de produzir saberes e conhecimentos ou de constituir fenômenos de expectativas superadas ou destacadas. O assombro, uma experiência afetiva espantosa, seria o início de um despertar para a magnitude do mundo, marcaria a superação da ignorância inconsciente para a assunção da consciência da ignorância – destacando a potencialidade mobilizadora desta atitude, que seria própria da Educação.

O décimo quinto texto configura um *Ensaio*, escrito em língua inglesa, de **José Luis Schifino Ferraro**, e debate a concepção de Corpo nos estudos de Ciências. Aponta para a necessidade de superação do “corpo utópico”, aquele produzido de maneira ideal, com a consciência do “corpo heterotópico”, definido como corpo real, carregado de singularidades, que se produz na luta de todo dia. Defende a urgência da superação da representação corporal idealista, nas Ciências, por uma concepção realista, histórica, efetiva e material.

Alessandra Aparecida Dias Aguiar e **Pedro Xavier Russo Bonetto** destacam conceitos e reflexões da obra de Suely Rolnik, sobre Psicanálise, Filosofia e situações da vida cotidiana, na *Resenha* que toma o espaço do décimo segundo texto de nosso número editorial presente. Um texto que busca interpretar os conceitos fundamentais de sua obra que se dedica à caracterização do conceito de *esferas da insurreição* em nossa sociedade.

Por fim, esta edição tem a esperança de ser um embrião originário e inspirador de muitas práticas investigativas sobre a potencial relação entre Filosofia, Educação e Direitos Humanos, de modo a redigir uma página auspiciosa na história política e social do Brasil e, igualmente, na história da educação e da pesquisa em Educação no Brasil.

Uma Revista somente se realiza quando é lida, divulgada e debatida, quando instaura condições de debates e de diálogos criativos e emancipatórios, somente possível quando se instaura uma *antropofagia anímica*, isto é, efetiva-se um banquete de nossas almas e de nossas aspirações coletivas e singulares, na direção de sonhar e projetar, pelas nossas atitudes, uma nova cultura e uma nova sociedade, na qual os Direitos Humanos sejam tão patentes e reais que seria desnecessário chamar sobre eles uma atenção prioritária, como a que esta edição primorosa da Revista de Filosofia e Educação logrou realizar.

Boa leitura a todos e todas.